

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

LUCI DE FÁTIMA PEREIRA LOBATO SILVA

**CENTENÁRIO DA REVOLTA DA CHIBATA E OS GUARDIÕES DA NATUREZA:
uma possibilidade de aplicação da lei 10.639/03 no ensino fundamental**

Belo Horizonte
2010

LUCI DE FÁTIMA PEREIRA LOBATO SILVA

**CENTENÁRIO DA REVOLTA DA CHIBATA E OS GUARDIÕES DA NATUREZA:
uma possibilidade de aplicação da lei 10.639/03 no ensino fundamental**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica (LASEB) da Faculdade de Educação da UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História da África e cultura afro-brasileira: uma introdução à Lei nº 10.639/03.

ORIENTADORA: Prof^a Dra. Elânia de Oliveira

Belo Horizonte
2010

LUCI DE FÁTIMA PEREIRA LOBATO SILVA

**CENTENÁRIO DA REVOLTA DA CHIBATA E OS GUARDIÕES DA NATUREZA:
uma possibilidade de aplicação da lei 10.639/03 no ensino fundamental**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica (LASEB) da Faculdade de Educação da UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História da África e cultura afro-brasileira: uma introdução à Lei nº 10.639/03.

ORIENTADORA: Profª Dra. Elânia de Oliveira

Aprovado em 11 de dezembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Elânia de Oliveira – orientadora
Centro Pedagógico- Faculdade de Educação/ UFMG

Prof. Dr. José Raimundo Lisboa da Costa
Faculdade de Educação/UFMG

(...)Um outro compreende as limitações do companheiro,
percebendo que cada qual caminha em seu próprio passo.
E que é inútil querer apressar o passo do outro,
a não ser que ele deseje isso.
Cada qual vê o que quer, pode ou consegue enxergar.
"Porque eu sou do tamanho do que vejo.
E não do tamanho da minha altura.
Fernando Pessoa

Agradeço a Deus e todas as entidades de luz
Que sempre me amparam, dando-me força
para prosseguir o meu caminho. À minha
família, minha mãe, minha maior inspiração.
Santone, meu grande amor, Iami e Acauã, presentes
Divinos em minha vida. Mônica, Valéria e Meire, prova
concreta de que a união faz a força. Por fim, agradeço a
Equipe do LASEB pelo carinho, atenção e competência que
nos ofereceram nesse período de formação.

RESUMO

Este trabalho é parte de um problema do cotidiano da minha prática docente – o cuidar e o educar para as relações etnicorraciais no segundo ciclo do ensino fundamental. A partir da análise e da reflexão sobre a minha própria prática pedagógica, relacionando-a e problematizando-a com as referências conceituais e conhecimentos adquiridos ao longo do curso de especialização, construí o Projeto de Ação Pedagógica: “Centenário da Revolta da Chibata e os Guardiões da Natureza: Uma Possibilidade de Aplicação da Lei 10.639/03 no Ensino Fundamental.” Esse projeto teve como objetivo promover atitudes, nos alunos, de valorização da identidade negra das crianças atendidas no quarto e sexto ano da Escola Municipal Prefeito Oswaldo Pieruccetti. Ele foi desenvolvido ao longo dos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2010, por meio de encontros coletivos semanais nas aulas de Geografia e História, debates e reflexões, experiências e relatos acerca das especificidades do tema correspondente a cada turma. Os resultados alcançados foram: o reconhecimento da importância do centenário da Revolta da Chibata, considerar João Cândido (o Almirante Negro) um herói nacional em função da sua história; tratar as relações raciais, dentro do ciclo, de forma adequada a cada faixa etária; estabelecimento de um vínculo respeitoso com as figuras da religiosidade afro-brasileira; sem, com isso, desrespeitar a convicção religiosa de cada um, sua cultura , seus hábitos e suas noções de pertencimento etnicorracial.

Palavras-chave: Visibilidade; relações etnicorraciais; identidade negra e currículo escolar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 O retrato da escola	8
1.2 Meu trabalho na escola	9
2. JUSTIFICATIVA	12
3. OBJETIVOS	14
3.1 Geral	14
3.2 Específicos	14
4. METODOLOGIA	15
4.1 Etapa 1 - A temática racial e as turmas do 6º ano.....	15
1) Contextualizando a Revolta da Chibata.....	15
2) Sensibilizando os estudantes para a temática racial.....	15
4.2 Etapa 2 – A temática racial e as turma do 4º ano.....	18
5. AVALIAÇÃO	23
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
7. REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra a disciplina ACPP (Análise Crítica da Prática Pedagógica) e tem por objetivo apresentar os resultados da aplicação de uma proposta de plano de ação executado na Escola Municipal Prefeito Oswaldo Pieruccetti, região Noroeste de Belo Horizonte. Exerce a função de atividade de conclusão do curso História da África e Culturas Afro-Brasileiras, da Faculdade de Educação da UFMG.

O que fundamenta o presente trabalho é a perspectiva de formação continuada, voltada para o cumprimento do que determina a Lei 10.639/2003, que pretende habilitar profissionais da educação para lidar com a questão da reeducação para novas relações raciais,

Os objetivos apontados pela disciplina ACPP são voltados para um ângulo que possibilite perceber como o meu trabalho foi desenvolvido de forma a atender o que foi estabelecido:

a) refletir sobre o fazer docente e as práticas cotidianas na perspectiva de avaliar o meu trabalho, o processo de ensino e a aprendizagem de meus alunos e o projeto de minha instituição escolar;

b) organizar, sistematizar atividades e elaborar planos de ação pedagógica que sejam implementados em seus contextos de trabalho e que realimentem a reflexão sobre os projetos das instituições escolares municipais;

c) consolidar, a partir de tais planos de ação, trabalho acadêmico de conclusão de curso, sintonizado com a área de concentração escolhida e com as necessidades de minha atuação pedagógica.

1.1 O retrato da escola

A Escola Municipal Prefeito Oswaldo Pieruccetti, situa-se no Conjunto Jardim Filadélfia na região Noroeste de Belo Horizonte. Essa escola foi construída pelo governo estadual em 1990 e foi municipalizada em março de 1992. Atualmente, funciona em três turnos, atendendo alunos da Educação Infantil, primeiro, segundo e terceiro ciclos, bem como a Educação de Jovens e Adultos, no terceiro turno.

O Conjunto Jardim Filadélfia é uma das áreas que, no final da década de 1980 e início dos anos 90, obteve uma área doada pelo governo municipal para

construção de casas, as chamadas “casinhas do Ferrara” porque, à época, Sérgio Ferrara era Prefeito de BH. Junto as construções nos lotes doados, houve muitas invasões e isso provocou uma ocupação desordenada na região. Mesmo em meio a muitas irregularidades, as demandas daquela nova comunidade começaram a ser atendidas, pois havia uma mobilização bem representativa através da associação comunitária. Existe um posto de saúde ao lado da escola. As ruas são asfaltadas e os becos cimentados. Às vezes, vê-se alguma água escorrendo pela rua, mas não existem valas com esgoto a céu aberto.

A escola é o único espaço diferencial naquela comunidade. O prédio é bem conservado e muito utilizado nos finais de semanas e nas férias. Abriga o Projeto Escola Aberta, dentre outros de esporte e religiosos, principalmente evangélicos. Essa parceria escola/comunidade causa uma relação de respeito, e isso contribui para que aquele espaço seja preservado.

O espaço físico da escola não é muito grande: abriga treze salas de aula, biblioteca, quadra esportiva semi-coberta, laboratório de informática, parquinho, cantina, pátio coberto, área administrativa e uma pequena sala de professores.

1.2 Meu trabalho na escola

Trabalho nessa escola desde 2003. Após várias tentativas, trabalhando em outros lugares, consegui me transferir para a escola onde estou atualmente, pois fica perto da minha casa e esse é um fator importante para a minha permanência. Atualmente estou lotada no primeiro turno e com extensão de jornada no segundo. Em ambos os horários, atuo como profissional de apoio ao segundo ciclo, trabalhando com Geografia, História, Ciências e Artes. Nos dois turnos, tenho um bom relacionamento com meu grupo: são pessoas preocupadas em desenvolver um bom trabalho e tratam os alunos e a comunidade com respeito e carinho.

Os alunos são organizados por idade, divididos em ciclos. A maioria segue com seus pares as etapas seguintes, agrupados por idade. O número de alunos fora de faixa é muito pequeno, porque somente as situações de extrema dificuldade, de aprendizagem ou de infrequência, é que provocam a retenção, ou seja ser reprovado e repetir o ano escolar.

Um dos problemas que é possível identificar na escola é a invisibilidade da cultura negra. Temos um grande número de alunos negros e a temática afro-

brasileira é praticamente silenciada, tanto pelos alunos quanto pelos profissionais. Exceto no mês de novembro, quando é promovido um desfile da beleza negra, por causa das comemorações do dia 20, Dia Nacional da Consciência Negra. Desde que cheguei a essa escola, fico a procura de uma forma como introduzir alguns elementos sobre a questão racial para serem trabalhados, todavia ainda sinto-me solitária nesta busca. Não encontrei parceiros que abracem essa causa dentro da escola.

No início do ano observei um cartaz no corredor do bloco administrativo, com o título: “Qual é a sua cor/raça”. Ele continha algumas datas de relevância na luta pelo combate ao racismo. Era apresentado em forma de calendário e destacava fatos e personalidades nacionais e internacionais. Sempre que me via diante desse cartaz, era inevitável realizar algumas indagações, tais como: Por que ele está afixado ali e não em outro lugar na escola? Quem realmente lê e dá atenção às informações que estão contidas nesse material? O que as pessoas pensam ou sentem quando olham para aquele cartaz? Essas e outras questões ficaram me rodeando por muito tempo no primeiro semestre desse ano. O material trazia datas de que eu nunca havia ouvido falar e uma, que eu considero de relevância, não estava incluída: tratava-se da Revolta da Chibata, que nesse ano, completaria cem anos. Esse Movimento teve como líder João Cândido, conhecido como Almirante Negro. Perguntei-me várias vezes por que ninguém estava falando sobre a Revolta da Chibata. Foi então que descobri que esse poderia ser um tema a ser abordado em meu Plano de Ação Pedagógica.



Corredor administrativo da E.M.P.O.P

Como trabalho com seis turmas, incluindo os dois turnos, inicialmente pensei em desenvolver um projeto com todos os alunos. Depois resolvi fazê-lo apenas com o primeiro turno, pois é o meu cargo efetivo e não correria o risco de ser interrompido, uma vez que a dobra não dá garantia de continuidade. Mesmo optando somente por trabalhar com as turmas do primeiro turno pensei em outra demanda que é em relação às figuras da religiosidade afro-brasileira e então decidi dividir o plano em dois temas distintos para observar melhor os efeitos de se tratar essas temáticas em um espaço onde não se fala em questão racial. Nesse caso, a divisão ficou assim: a Revolta da Chibata para os alunos do sexto ano, a antiga quinta série, eles têm idade entre doze e quinze anos. E a simbologia dos orixás para a turma do quarto ano (antiga terceira série), na faixa etária de nove a dez anos.

2. JUSTIFICATIVA

A relevância de se desenvolver um trabalho na perspectiva de aplicação da Lei 10.639/2003 é de que é urgente uma ação educacional que interfira no processo de construção em torno da reflexão sobre as relações raciais em nosso país. O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, prevê como um dos seus eixos fundamentais o seguinte:

“A formação deve habilitar à compreensão da dinâmica sociocultural da sociedade brasileira, visando a construção de representações sociais positivas que encarem as diferentes origens culturais de nossa população como um valor e, ao mesmo tempo, a criação de um ambiente escolar que permita que nossa diversidade se manifeste de forma criativa e transformadora na superação dos preconceitos e discriminações etnicorraciais.¹”

Numa escola que tem na introdução do texto do seu projeto político pedagógico a preocupação em se adequar ao processo de globalização e atender as exigências do mercado de trabalho, necessita urgentemente de um espaço para pensar melhor se esses aspectos são realmente primordiais para o público que atende. Segundo o antropólogo, folclorista e educador popular Tião Rocha, “a escola atualmente não forma pessoas éticas, justas, dignas, solidárias, pois está comprometida com os interesses do mercado, do qual tornou-se aparelho ideológico.” Sendo assim, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana define que as instituições de ensino têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, visando o cumprimento da Lei e ainda articulando-se com as famílias, criando processos de interação da sociedade com a escola. Tudo isso com o intuito de ter como meta uma mudança de paradigma e estabelecer parâmetros para uma educação mais humanitária e menos economicista.

Esse trabalho, portanto, visa contribuir para a rediscussão do currículo

1 Parecer CNE/CP n.03/2004

escolar. Uma vez que “a identidade etnicorracial é, desde o começo uma questão de saber e poder” (SILVA, p.100). Para que haja de fato uma mudança de paradigma entorno da educação das relações raciais é necessário um longo percurso de ações e reflexões sobre o tema. Mais do que isso, é preciso compreender o que nos diz as teorias sobre currículo e a identidade etnicorracial, que é pautada a partir de um pensamento que tem como referência a discussão dos conceitos de identidade e diferença, muitas vezes confundidos com o conceito de diversidade cultural. Segundo Silva(1999) a diferença, tal como a identidade não é um fato, nem coisa. (...) é um processo relacional e só existe numa relação de mútua dependência, enquanto a diversidade é um fato ou uma coisa.

Seguindo esse raciocínio, podemos perceber que os temas etnicorraciais afro-brasileiros, ocupam um lugar considerado de menos valor, exóticos ou folclóricos. Talvez o maior desafio a ser enfrentado por nós educadores seja reconhecer que esta questão não é um tema transversal, ela é central de conhecimento, poder e identidade. Para superar os problemas entre a questão racial e a educação escolar, em princípio, o que pode ser considerado um avanço político, é o conjunto de medidas legais que estabelecem alguns parâmetros para o ensino da história da África e culturas afro-brasileiras nas escolas públicas e privadas, em todos os níveis. O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana aponta como objetivo central o seguinte:

“O presente Plano Nacional tem como objetivo central colaborar para que todo sistema de ensino e as instituições educacionais cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar todas as formas de preconceito, racismo e discriminação para garantir o direito de aprender e a equidade educacional a fim de promover uma sociedade mais justa e solidária.”

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Criar estratégias pedagógicas que deem visibilidade à temática etnicorracial e que possibilitem propor uma nova elaboração curricular e repensar o projeto político pedagógico da escola, utilizando um conjunto de atividades adequadas a níveis diferentes de idade e que favoreçam o debate e a reflexão, tendo em vista a aplicação da Lei 10.639/03.

3.2 Objetivos específicos

- Elaborar atividades que possibilitem aos alunos desenvolver a capacidade de reconhecer os valores da cultura afro-brasileira e personalidades negras, tendo em vista a aplicação da lei 10.639/03.
- Possibilitar momentos de reflexão sobre a questão racial, junto com os alunos, utilizando linguagens variadas, adequadas a diferentes níveis de ensino;
- Apresentar a discussão sobre a Revolta da Chibata a fim de apresentar a figura de João Cândido como herói nacional;
- Realizar um levantamento das diferentes abordagens sobre a Revolta da Chibata em dois livros didáticos e um paradidático.
- Possibilitar aos estudantes o contato, através de dois livros de literatura infantil, personalidades das religiões de matriz africana, com a finalidade de analisar o nível de aceitação ou de rejeição a esse tema.
- Verificar o nível de aceitação e de informação dos alunos sobre as religiões de matriz africana.

4. METODOLOGIA

Para desenvolvimento do trabalho, foram organizadas diversas atividades, desenvolvidas em 2 etapas. A primeira envolveu os alunos do sexto ano e segunda os alunos do quarto ano.

4.1 Etapa 1- A temática racial e as turmas do 6º ano:

Para os alunos do sexto ano, uma turma de 27 alunos, a estratégia utilizada foi de trabalhar com o centenário da Revolta da Chibata e suas representações em dois livros didáticos² e uma coletânea sobre rebeldes brasileiros³. Com o objetivo de verificar se havia problemas com a representação de um homem negro como herói nacional.

1) Contextualizando A Revolta da Chibata

Para abordar o assunto “A Revolta da Chibata” foram utilizados dois livros de História e um livro que trata de várias personalidades intitulado “Rebeldes Brasileiros”. Foi feita a leitura dos textos e a seguir comparamos as informações e avaliamos quais textos traziam informações suficientes para que se pudesse compreender de fato o que teria sido aquele movimento. Após esse início de conversa, o segundo passo foi combinar o que deveria ser feito para divulgar a data. Durante duas semanas, a última do mês de junho e a primeira de julho, houve um processo de preparação. Analisamos o cartaz “Qual a sua raça/cor” ,assistimos ao filme sobre o tema e, em seguida, discutimos um texto sobre discriminação racial.

2) Sensibilizando os estudantes para temática racial.

I – O cartaz

O cartaz *Qual a sua cor/raça*, elaborado pela Prefeitura de Belo Horizonte – a turma de vinte e sete alunos foi dividida em cinco grupos e entregue um cartaz para

2 História do Brasil – no contexto da história ocidental, Luiz Koshiro e Denise Manzi Frayse Pereira
Caderno do Futuro – História – 6ª Série

3 Coleções Caros Amigos: Rebeldes Brasileiros. Homens e Mulheres que desafiaram o poder.

cada um. Os grupos deveriam observar o conteúdo do cartaz e em seguida responder algumas questões sobre ele. Dentre as datas, eventos e personalidades citadas, estava a data da libertação de Nelson Mandela. Perguntei se alguém conhecia aquele nome, porque deveria estar listado naquele cartaz, ninguém conseguiu responder e então combinamos de assistir ao filme para conhecer um pouco da história daquele homem.

II - O filme Mandela

O filme *Mandela – A luta pela libertação*⁴, é um drama com duração de 140 minutos, lançado no ano de 2007, trata da relação entre um carcereiro e Nelson Mandela, durante o seu cárcere num período de 28 anos.

Após a exibição do filme fizemos um pequeno debate sobre o que havíamos assistido, foi interessante perceber como ficaram atentos às situações que apareciam na história e também foi possível fazer comparações com a nossa realidade, quiseram saber o que aconteceu àquele homem depois que saiu da cadeia.

O objetivo principal de utilizar esse filme foi de criar um campo fértil para visualizar a importância da questão racial em nossa sociedade, que não é uma luta particular e sim um movimento universal e que tem a figura de Nelson Mandela como um dos maiores símbolos mundiais na defesa da igualdade racial. Para Luiz Eduardo Soares (p.164) existe um direcionamento do nosso olhar, ele é educado, o indivíduo não controla o que percebe ou deixa de perceber.

Sendo assim é necessário construir um processo que interfira no modo de perceber o pertencimento racial e a temática que estamos tratando sobre a importância de João Cândido e a Revolta da Chibata na representação de personalidades negras na história do nosso país. As relações raciais são marcadas por uma invisibilidade e indiferença, segundo Soares (2005), “o preconceito provoca

4 “James Gregory (Joseph Fiennes) é um típico branco sul-africano, que enxerga os negros como seres inferiores, assim como a maioria da população branca que vivia na África do Sul sob o apartheid dos anos 60. Crescido no interior, ele fala bem o dialeto Xhosa. Exatamente por isso, não é um carcereiro comum: atua, na verdade, como espião do governo com a missão de repassar informações do grupo de Nelson Mandela (Dennis Haysbert) para o serviço de inteligência. Mas a convivência com Mandela cria um forte laço de amizade entre eles e o transforma em um defensor dos direitos negros na África do Sul.”

invisibilidade, jovens pobres, negros tornam seres socialmente invisíveis”. Seguindo esse raciocínio, podemos citar como é tratada com naturalidade a ausência de pessoas negras em determinados locais, como grandes casas comerciais, instituições bancárias, escolas particulares de grande porte e muitos outros espaços de prestígio social. Para Silva, somando-se a esse fator, um currículo escolar que é fruto de uma invenção cultural, que prioriza determinados aspectos e desconsidera outros é que podemos compreender como é essencial criar estratégias para trabalhar a questão racial através de mecanismo variados que envolvam os alunos. Assim, será menor o risco de enxergarem com irrelevância o trabalho a ser desenvolvido.

III – Texto da resposta de Danilo Gentili⁵

O texto em questão trata da resposta de Danilo Gentili, integrante de um programa jornalístico veiculado pela TV aberta na Rede Bandeirantes, o CQC – no Twitter. Na leitura e discussão do texto foi priorizada a fala e a escuta. Não houve registro escrito. Procuramos fazer algumas reflexões sobre as opiniões do artista acerca da questão racial. Foi feita uma leitura geral, em seguida, por partes.

Para espanto meu, a maioria dos alunos conhecia o programa e disseram que não se interessavam por aquele formato de humor e jornalismo. Também não demonstraram simpatia pelos comentários apresentados no texto. A seguir estão alguns fragmentos do texto que foram mais discutidos:

O humorista **Danilo Gentili** postou (twitou? sei lá) a seguinte piada no seu twitter:

“King Kong, um macaco que, depois que vai para a cidade e fica famoso, pega uma loira. Quem ele acha que é? Jogador de futebol?”

Alguns minutos após escrever seu primeiro "tweet" sobre King Kong, Gentili tentou se justificar no microblog. "Alguém pode me dar uma explicação razoável por que posso chamar gay de veado, gordo de baleia, branco de lagartixa, mas nunca um negro de macaco?"

5 Trechos do texto que circulou na internet

"Na piada do King Kong, não disse a cor do jogador. Disse que a loira saiu com cara porque é famoso. A cabeça de vocês que tem preconceito."

"Então quando vejo um cara dizendo que tem orgulho de ser da raça negra, eu juro que nem me passa pela cabeça chamá-lo de macaco, mas sim de burro."

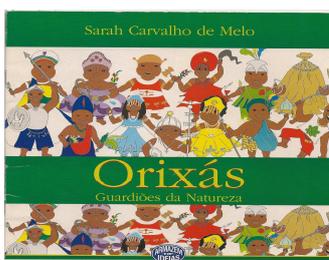
Esse movimento todo foi utilizado para dar significado à nossa discussão, porque se seguirmos o raciocínio das "ortopedias do olhar", como diz Luiz Eduardo Soares⁶, só é possível visualizar um problema se o nosso olhar estiver educado para tal. Dessa forma, somente depois de construir uma linha de pensamento sobre o racismo no Brasil e no mundo, é que iniciamos os preparativos para o material sobre João Cândido e a Revolta da Chibata.

A turma optou por fazer uma filmagem em formato de telejornal para tratar o tema. Houve envolvimento de todos no processo de elaboração, fizemos cenário, montamos o texto e fomos conversando sobre o que mais deveria conter naquele tipo de programa. Quando já estava tudo combinado, partimos para o ensaio e por fim, a filmagem. Depois de pronta assistimos ao que tínhamos feito. Com algumas críticas ao se verem no vídeo, a reação geral foi positiva.

4.2 Etapa 2- A temática racial e a turma do 4º ano:

Para os alunos do quarto ano a estratégia utilizada foi trabalhar os livros "Orixás-Guardiões da natureza" e "Minhas Contas".

Guardiões da natureza



6 SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV; ATHAYDE, Celso. Cabeça de Porco, Objetiva, Rio de Janeiro, 2005. p.171

No livro “Orixás - Guardiões da Natureza”⁷ o objetivo foi verificar se havia problemas com representações de figuras negras ou com a religiosidade africana. Optei por não dizer os nomes das divindades e chamá-las de guardiões da natureza.

Foi possível constatar que os alunos em sua maioria, não conheciam aquele tipo de representação. Apenas um, em uma turma de vinte e quatro alunos, sabia do que se tratava, disse que sua avó paterna possuía uma casa de santo e já havia lhe contado sobre aquela cultura. Os demais ajudaram a listar quais seriam os elementos da natureza e que teriam um guardião que os representasse. Os orixás apresentados foram:



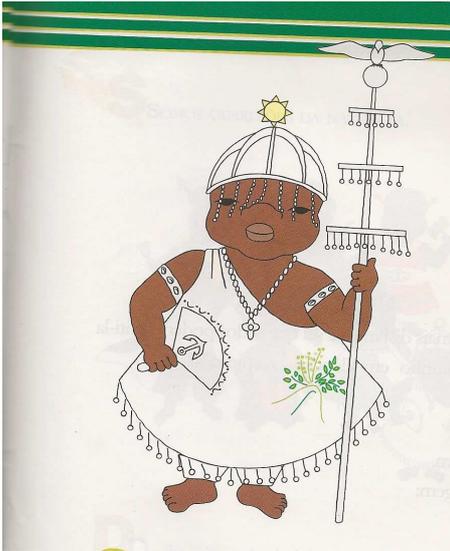
Iemanjá – guardiã das águas salgadas - Oxum – guardiã das águas doces



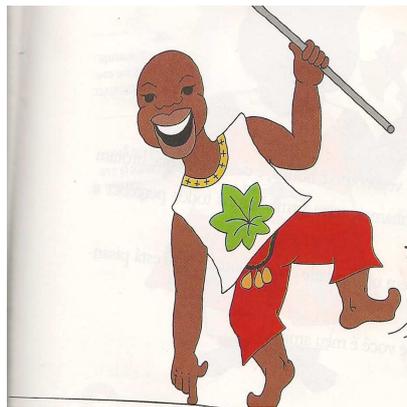
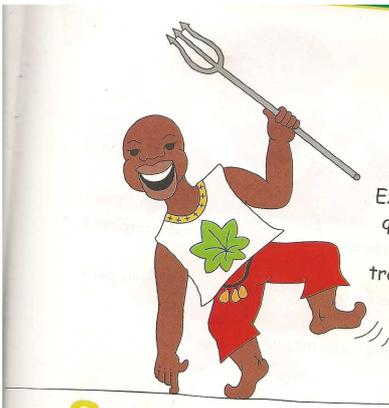
Nanã – guardiã do barro

Xangô – guardião das pedreiras, rochas

7 Livro de literatura infantil de Sarah Carvalho de Melo



Oxalá – chefe de todos



Exu – guardião dos caminhos, figura original e com adaptação para atividade em sala.

Sempre depois de falar sobre o guardião ou guardiã do dia, era fixada no quadro uma gravura colorida e entregue aos alunos um desenho correspondente para completar os detalhes e colorir. Alguns coloriam as roupas e os enfeites deixando a pele em branco. Quando foram questionados o porque de a pele estar em branco, voltavam coloriam-na de preto. Porém, ninguém questionou a cor da pele de todas as personagens apresentadas. Não consigo identificar a justificativa para essa reação coletiva de silêncio sobre o pertencimento racial das figuras.

Como percebi que não havia rejeição às imagens, para continuar sem dar pistas do que se tratava, fiz uma alteração na figura de Exu, que trazia um tridente na mão, sabendo-se que esta é uma representação no conceito cristão que determina aquele instrumento como referente ao demônio. Esse instrumento foi retirado para não direcionar a opinião do grupo sobre aquela figura. O resultado foi o

esperado, no sentido de não interferir na opinião dos alunos, eles trataram como mais um guardião, acredito que em função da ausência da imagem do tridente.

Minhas Contas⁸



Para encerrar esse trabalho foi utilizado o livro “Minhas Contas” que narra a história de dois amigos que foram separados por causa do preconceito religioso em relação ao candomblé. Um aluno preparou-se por vários dias em casa para ler o texto para sua turma. Ele demonstrava uma afinidade com o tema, pois conhecia os orixás, como mencionado anteriormente. No dia da apresentação do livro, as carteiras foram colocadas em círculo e após a leitura fizemos um pequeno debate acerca da intolerância religiosa e sobre o que cada um pensava sobre o assunto.

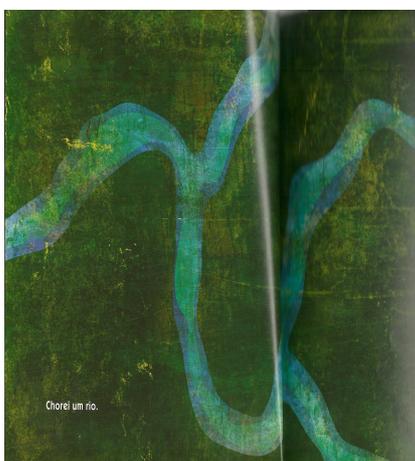
Foi interessante perceber que todos achavam absurdo o ato de intolerância descrito na história. Alguns disseram que não gostariam de serem separados de seus amigos por causa de religião. No decorrer da conversa relatavam casos de conflitos religiosos, mas sempre mencionavam acontecimentos entre evangélicos e católicos, nunca envolvendo umbanda ou candomblé. Essa atitude deixou-me intrigada, tamanho o grau de subjetividade contido nesse gesto de camuflar o pensamento ou sentimento perante as religiões de matriz africana.

Esse ritmo do debate foi quebrado, quando o aluno que leu o livro fez algumas queixas em relação ao modo de ser tratado por alguns colegas. Reclamou que já foi chamado de “macumbeiro” ao assumir ser membro de um terreiro de candomblé. Nesse momento os colegas desconversaram, fingiram não entender a queixa do outro e ninguém manifestou o desejo de pedir desculpas pelo ato de

8 Livro de literatura infantil de Luiz Antônio e ilustrações de Daniel Kondo

discriminação em função da diferença religiosa. Talvez seja exigir muito, querer que esse grupo alcançasse esse nível de abstração em suas análises da situação problema colocado na roda e conseguir relacionar o texto com a experiência de cada um. Não era esse o foco do debate, portanto não prejudicou em nada o objetivo desta ação.

Uma característica da representação dos orixás no livro é que é feita de forma indireta, não há figuras ou nomes e sim cores e símbolos. Foi exatamente o que me chamou atenção para encerrar o trabalho com esse material. Não queria induzir nenhum julgamento antecipado para evitar que o debate sobre intolerância ficasse prejudicado.



Representações diferentes da divindade Oxum, Orixá protetora das águas doces

Logo no início da conversa um aluno disse que não viu nada que se relacionasse com os guardiões da natureza, foi a oportunidade chave para mostrar as páginas que se referiam aos orixás e fazer a ligação com os elementos da natureza que cada um representava. Essa estratégia favoreceu a dinâmica, pelo fato de possibilitar uma imparcialidade no posicionamento dos alunos ao expressarem sua opinião. Houve uma tentativa de desconstruir a imagem demonizada que se tem do candomblé e suas divindades. Perguntei se alguém viu maldade nos guardiões da natureza ou na história do menino do livro “Minhas Contas” e os alunos responderam que não. Nesse momento considerei que o objetivo principal dessa ação tinha sido alcançado. A turma teve a oportunidade de entrar em contato com informações sobre a religiosidade afro-brasileira com um olhar sem preconceitos e repensando as próprias atitudes em relação ao tema.

5. Avaliação

Realizar esse trabalho foi uma oportunidade muito importante de perceber as condições reais que temos para aplicação da Lei 10.639/2003. acredito que há uma dificuldade maior do grupo de profissionais da educação, do que por parte dos alunos em discutir as questões raciais. Apesar de considerar o resultado do plano de ação positivo, fiquei preocupada por não ter conseguido envolver outros profissionais da escola. Ao perceber certa indiferença dos colegas quando falava do trabalho, preferi seguir o que havia planejado sem criar desconforto para com os mesmos. Devo dizer que a opção de manter a situação de distanciamento do conjunto de ações pedagógicas da escola, está relacionada com a falta de espaço de discussão coletiva para conhecer a Lei 10.639/2003 e saber que não é uma questão pessoal, e sim uma determinação de alteração no currículo para todo o sistema de ensino. Seria extremamente importante que todos os educadores pudessem conhecer o que contem o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Destaco o que está escrito na parte das determinações do documento:

“A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de uma decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio da multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.”

A execução do plano de ação provoca uma reflexão de que é necessário criar um processo didático que considere a diversidade de situações no ambiente escolar. O fato de optar por assuntos diferentes para alcançar o mesmo objetivo, teve como meta criar um processo que torne visível a questão racial, valorizando a figura de um herói nacional para alunos maiores e apresentar figuras de orixás para os menores de forma lúdica, sem, no entanto, utilizar discurso panfletário ou folclorizado da cultura afro-brasileira.

Tratar de religiões de matriz africana na escola não é tarefa fácil, é uma

temática estigmatizada e delicada, não dá para explicar tamanho preconceito. Causa tanto constrangimento aos adeptos dessas religiões, que grande parte prefere manter sua crença em segredo. Esse é um fator crucial para entender a urgência de uma intervenção pedagógica bem estruturada e consciente para corrigir tantas distorções secularmente construídas no âmbito escolar. Porém, é inegável a responsabilidade da instituição de criar mecanismos voltados para um processo de formação humana que tenha como princípio o respeito à religiosidade africana e afro-brasileira.

A estratégia usada na execução do plano de ação foi baseada nos argumentos de Luiz Eduardo Soares, que utiliza o termo “ortopedias do olhar” para indicar o quanto somos direcionados a ver o que é determinado por condicionamentos externos, que estabelecem o que devem ser visto. Vejamos a seguir suas considerações a respeito do assunto:

“(…) Nossa visão das coisas e das pessoas é carregada de expectativas e sentimentos, valores e crenças, compromissos e culpas, desejos e frustrações. Acima de tudo, é necessário reter na memória esse ponto: ver é relacionar-se. Sendo assim, o que seria não ver, sobretudo em certos contextos?”

Tendo em vista as proposições dos documentos que determinam os parâmetros para implantação da Lei 10.639/2003 e o contexto da escola onde o plano seria desenvolvido, percebo que o trabalho realizado cumpriu o seu papel no sentido de procurar educar o olhar daquele grupo de alunos para a temática racial.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse é um momento muito especial para mim, redigir a última parte desse trabalho e perceber que o período de formação se encerrou. Fazer o curso de História da África e Culturas Afro-Brasileiras levou-me ao reencontro de questões e pessoas que fizeram parte da minha vida num processo de muitos anos de militância no Movimento Negro. Pude lembrar as longas discussões sobre o silêncio da escola em relação às questões raciais, da necessidade de políticas públicas para atender as reivindicações da comunidade negra, da valorização da cultura e da identidade afro-brasileira.

Foi importante e muito especial ter como professores José Eustáquio (Taquinho) e Erisvaldo, fomos parceiros de grupo na década de 1980 no GRUCON, Grupo de União e Consciência Negra, época em que aprendi com essas pessoas a conhecer e defender a minha identidade negra. Agora tenho esse aprendizado referendado em um curso de especialização, mais que justo.

Desenvolver o Plano de Ação levou-me a perceber que, a todo o momento estamos criando formas de “reexistir” como descendentes de africanos nessa sociedade cada vez mais globalizada. Resgatar valores civilizatórios africanos, conhecer, valorizar e vivenciar elementos da cultura africana pode fazer diferença quando discutimos a necessidade de mudança de paradigma no sistema educacional brasileiro. Digo isso porque ao executar as atividades do plano, pude ver em meus alunos mais que aprendizes daquela temática, multiplicadores capazes de compreender as questões apresentadas e tornarem-se defensores de uma causa. Pode ser que eu esteja sendo romântica, mas mesmo sabendo que não devo generalizar, acredito que o percentual positivo foi elevado.

Outra coisa que eu gostaria de destacar é o perfil da turma do curso História da África e Culturas Afro-Brasileiras. A presença de grande número de pessoas da Educação Infantil enriqueceu o debate em sala e deixará marcas em quem atua nos outros níveis da educação básica. Poder ouvir outros pontos de vista, tanto de pessoas engajadas na discussão racial, quanto iniciantes nesse debate, configura-se um avanço indescritível. Compreendo que há um longo caminho a percorrer, mas reconheço que nesse trajeto haverá mais parceiros com conhecimento, compromisso e disposição para enfrentar as adversidades criadas por uma sociedade racista. Agora é apostar na possibilidade de ampliar os

espaços de formação e contribuir no processo de construção de uma educação de qualidade para todos.

Uma reflexão que ficará sempre presente nas minhas ações pedagógicas futuras, é a de que “para educar uma criança é necessária toda uma aldeia.”⁹ (ROCHA,2008). Valho-me dessa afirmativa por acreditar que não obtive êxito em envolver o meu coletivo de trabalho nem a comunidade nesse projeto. Porém, é preciso investir nas possibilidades de fazer com que esse processo se reverta e que o projeto político pedagógico da escola seja reescrito para esse fim. Por último, que esse movimento sensibilize todo o corpo docente, fazendo com que se envolva em uma educação para as relações etnicorraciais de fato.

9 Tião Rocha, criador da “Pedagogia da Roda”, em entrevista ao Portal Pró-menino.

7. Referências

ANTÔNIO, Luiz; KONDO, Daniel (ilustrações). *Minhas Contas*. Cosac Naify, São Paulo, 2008.

GENTILI, Pablo;ALENCAR, Chico. *Educar na esperança em tempos de desencanto*. Vozes, Rio de Janeiro, 2001. p.37.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil- no contexto da história ocidental*. Atual, São Paulo, 2003. p.400.

LOPES, Máira Landulpho Alves. João Cândido. In *Coleções Caros Amigos, Rebeldes brasileiros – Homens e mulheres que desafiaram o poder*. Casa Amarela, Rio de Janeiro. p. 226-241.

MEC; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, 2004.

MEC; Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, 2009.

MELO, Sarah Carvalho de. *Orixás – Guardiões da Natureza*. Armazém de Idéias, Belo Horizonte, 2008.

ORDOÑEZ, Marlene. *Caderno do futuro – a evolução do caderno – História – 6ª série*. IBEP, São Paulo, 2003. p.122.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. Reexistência negra e escravidão na educação das relações étnico-raciais. In. DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas; GOMES, Maria de Fátima Cardoso. *Formação Continuada de Docentes da Educação Básica – construindo parcerias (LASEB)*. BH: Autêntica, 2009. p.113-130.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo*. Autêntica, Belo Horizonte, 1999. p.100, 102,103.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de Porco*, Objetiva, Rio de Janeiro, 2005. p.171.

Entrevista: Tião Rocha, Portal Pró-Menino, 2008.

Filme: *Mandela – A luta pela libertação*. Drama; direção Bille August. 2007